

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Senhor Ministro-Relator,

Senhores Ministros e

Senhor Procurador Geral,

Inicialmente, gostaria de congratular-me com o Relator pela peça que acaba de apresentar a este Colegiado. Sua objetividade e capacidade de síntese fazem parecer simples a árdua tarefa de decompor, em breve explanação, os complexos resultados das ações empreendidas pelos Poderes da União ao longo do ano de 2006.

Das questões trazidas pelo portentoso trabalho, diversas são aquelas que nos incitam à manifestação. Em nome da concisão, entretanto, opto por realçar apenas três pontos: a ação setorial do governo, as informações relativas à questão previdenciária e as transferências voluntárias, pontos que reputo marcantes no trabalho ora apresentado.

Dessa forma, gostaria de começar citando as próprias palavras do Ministro Ubiratan Aguiar, quando observou que *“para melhorar o desempenho da execução física dos programas, é preciso dedicar esforços à capacitação de pessoal, ao planejamento adequado de projetos e à priorização de investimentos estratégicos.”*

Neste diapasão, tivemos oportunidade de ver no Relatório que os percentuais de alcance de metas físicas foram muito inferiores aos de execução orçamentária, e, para isso, concorreram, além de outros obstáculos, as deficiências no planejamento e os efeitos do contingenciamento orçamentário.

A sistemática de contingenciar despesas ao longo do ano e liberá-las apenas nos últimos dias do exercício, como bem coloca o Relatório apresentado, por evidente, contribuiu para a inscrição em restos a pagar de valores de grande vulto. A ausência de tempo hábil para a utilização dos recursos e a ânsia dos diversos gestores em não perdê-los estimula o açodamento na realização de despesas que, empenhadas nos derradeiros dias do exercício, não tiveram como ser efetivamente liquidadas e muito menos pagas. Por certo, este quadro traz transtornos de toda a ordem ao planejamento das ações de governo, pressuposto básico para uma boa governança.

Neste sentido, basta ver que o montante inscrito em restos a pagar atingiu a soma de R\$ 39 bilhões, o que corresponde, a título de exemplo, a mais de três vezes a dotação orçamentária final do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2006, como sublinha o Relatório. Vale ressaltar, ainda, que aquela soma representa um acréscimo de inscrições da ordem de 17% em relação ao ano de 2005, em uma inquietante tendência.

De outra parte, o bloqueio de considerável parte do orçamento afeta diretamente a execução física programada. Conclusão que daí pode ser tirada é que, tendo em vista que os recursos para a manutenção da máquina administrativa não estão sendo efetivamente contingenciados, resta a contenção de investimentos, o que revela um malefício deveras preocupante num país em que todos clamamos por índices de crescimento mais altos.

Por outra perspectiva, a meu juízo, isso traz um custo muito maior para a Administração, do que açodadamente poder-se-ia perceber. É que, como frisou o Relator, os recursos para manutenção da máquina administrativa ficam mantidos, mas as metas e os objetivos que esta poderia e deveria alcançar são significativamente diminuídos em face da contenção dos recursos. Em outras palavras, o contingenciamento dos recursos com prejuízos do atingimento de metas físicas inicialmente programadas resulta na elevação da relação custo/benefício da máquina pública, com prejuízo para o contribuinte. Creio que este seja tema que deva merecer maior atenção por parte do Poder Executivo, do Congresso Nacional e também deste Tribunal.

Outra informação trazida pelo Relatório, que reputo muito importante, refere-se à previdência social. É dito a certa altura: *“excluídos os resultados da previdência no setor rural e os benefícios de natureza assistencial, e computados os valores da renúncia de receita previdenciária, o resultado da previdência passaria a ser superavitário. Assim, torna-se desarrazoado chamar o resultado encontrado de déficit previdenciário.”*. Tenho para mim ser este o tipo de informação, em face de sua relevância, que deve chegar ao conhecimento de toda a Sociedade Brasileira de forma transparente e didática, como teve a felicidade de fazer o Senhor Relator, por ser tema atualíssimo de nossa pauta de discussões.

Avançando, percebi que as **transferências voluntárias** foram tema que o Relator analisou detidamente e com lupa de maior grau, talvez, pela sua experiência no Parlamento. Em seu preciso diagnóstico, anotou que os problemas nesta seara decorrem da falta de recursos materiais, humanos e tecnológicos e que esse quadro é agravado pela insuficiência de mecanismos que favoreçam um controle social mais efetivo.

Comungo da sua opinião e, na condição de ex-parlamentar, entendo, também, que o contingenciamento dessas transferências concorre para a execução preferencial das emendas no parlamento que não atendem, verdadeiramente, aos interesses regionais, e que estão ligados, muito mais, a interesses menores de governos.

Em decorrência disso, cria-se um pernicioso instrumento de negociação e uma via-crúcis que, posso testemunhar, trazem um quadro extremamente maléfico para o país. Bem colocou o Ministro Ubiratan Aguiar: *“é necessário gastar tempo e empregar pessoas destinadas a percorrer ministérios para pressionar, primeiro, pela liquidação da despesa e, depois, pelo seu efetivo pagamento. Resta evidente que as oportunidades de corrupção nesse sistema são inúmeras”*.

De outra parte, a frágil atuação dos órgãos repassadores dos recursos facilita a atuação irregular da execução física e financeira dessas transferências, o que, por via de conseqüência, impacta a fase das prestações de contas. Com relação a esta última fase, no que se reporta mais diretamente a esta Casa, nos deparamos com a inquietante marca de atraso médio de 3,9 anos na entrega dessas contas. Evidente que esse quadro não pode perdurar, porquanto, é, o que poderíamos chamar, de um incitamento ao descontrole.

Assim, creio, na mesma linha de raciocínio esposada pelo Relator, ser necessária uma atuação mais integrada e coesa entre os órgãos envolvidos nessas transferências voluntárias, sob pena de perpetuarmos o triste quadro que já conhecemos, no que se refere aos poucos resultados alcançados por meio das transferências da espécie.

São essas brevíssimas observações, Senhor Ministro Relator, que gostaria de trazer a seu conhecimento e a esse egrégio Plenário, estimulado que fui por seu magnífico trabalho, que merece os nossos devidos encômios, estendendo meus elogios a toda a sua equipe e às unidades da Secretaria-Geral de Controle Externo que contribuíram para a sua consecução, em especial a Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2007.

AROLDO CEDRAZ

Ministro